



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

CONT. Nº. 007/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE, E A MARCELO BITELLO ME – TEC CLIMATIZAÇÃO, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE CONDICIONADORES DE AR, EM QUE É BENEFICIÁRIO O HEMOCENTRO REGIONAL DE PASSO FUNDO - HEMOPASSO, CONFORME PROCESSO Nº. 18/2000-0095642-3.

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº. 87.958.625/0001-49, com sede na Av. Borges de Medeiros, nº. 1501, sexto andar, nesta Capital, neste ato legalmente representada por Titular, Sra. ARITA BERGMANN, portadora da Carteira de Identidade nº 1002685004 – SSP/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Física sob o nº 259.568.33-68, doravante denominada CONTRATANTE, e a MARCELO BITELLO ME – TEC CLIMATIZAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.895.041/0001-96, com sede na Rua Santa Fé, nº 280, apto. 001, Bairro Agronomia – PORTO ALEGRE/RS, CEP.: 91.540-100, representada neste ato por seu Sócio-Administrador, Sr. MARCELO BITELLO, portador da Carteira de Identidade nº. 1083769115 SJS/RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 005.769.120-77, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO, para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira - Do Objeto.

O presente Contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do **processo administrativo nº. 18/2000-0095642-3, Pregão Eletrônico nº. 877/CELIC/2018, Tipo de Licitação Menor Preço Global Mensal**, regendo-se pela Lei Estadual nº. 13.191/2009, Lei Estadual nº. 13.706/2011, subsidiada pelas normas da Lei Federal nº. 8.666/1993, Lei Complementar Federal nº. 123/ 2006, Lei Federal nº. 10.520/ 2002, Lei Estadual nº. 11.389/1999, Decreto Estadual nº. 42.250/ 2003, Decreto Estadual nº. 42.020/2002, pelo Decreto Estadual nº. 42.434/2003, Decreto Estadual nº. 45.273/2007, Decreto Estadual nº. 45.744/2008, Decreto Estadual nº. 48.160/2011, Decreto Estadual nº. 52.823/2015, e legislações posteriores, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e corretiva em todos os equipamentos condicionadores de ar do HEMOCENTRO REGIONAL DE PASSO FUNDO - HEMOPASSO, conforme lista Anexo A, que serão prestados nas condições estabelecidas no **Anexo II do Edital - Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento.**

1.2 Este Contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O preço total referente à execução dos serviços contratados é de **R\$ 2.996,00 (dois mil e novecentos e noventa e seis reais) mensais**, de acordo com a proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

2.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

3.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do seguinte Recurso Financeiro:

Recurso: 0182/0006  
U.O. : 20.95

Elemento: 3.3.90.39.3931  
Atividade: 3275/0008

Empenho: 19000374728  
Data do Empenho: 31/01/2019



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

**CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO CONTRATUAL**

- 4.1 O prazo de duração do contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data definida na ordem de início dos serviços.
- 4.2 A expedição da ordem de início dos serviços somente se efetivará a partir da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.
- 4.3 O objeto do Contrato será executado no Hemocentro Regional De Passo Fundo – HEMOPASSO, sito à Avenida Sete de Setembro, 1055 – Centro – Passo Fundo/RS – CEP. 99010-120.
- 4.4 O prazo de duração do presente contrato pode ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
- 4.4.1 os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 4.4.2 a Administração mantenha interesse na realização do serviço; e
  - 4.4.3 o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.
- 4.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA**

- 5.1 Não será solicitada Garantia de Cumprimento do Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

- 6.1 O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 30 dias mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados.
- 6.2 Pagamento mensal, em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal/Nota Fiscal fatura. Prova de regularidade FGTS e INSS atualizados e demais exigências constantes do contrato.
- 6.3 O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.
- 6.3.1 Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante.
- 6.4. A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte do contratado.
- 6.5. O pagamento será efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito.
- 6.5.1. A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:
- 6.5.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato; ou
  - 6.5.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 6.6. Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.
- 6.7. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 6.7.1. Constatando-se situação de irregularidade do contratado junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 6.7.2. Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 6.8. Os pagamentos a serem efetuados em favor do contratado, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

6.8.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme determina o art. 64 da Lei federal nº 9.430/1996;

6.8.2. Contribuição Previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei federal nº 8.212/1991;

6.8.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar federal nº 116/2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

6.9. As empresas dispensadas de retenções deverão entregar declaração, anexa ao documento de cobrança, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.

6.10. O contratante poderá reter do valor da fatura do contratado a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** *Em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº. 01/2011 da CAGE, a CONTRATANTE, na qualidade de substituto tributário, reterá da CONTRATADA, a alíquota de 3,1% (três inteiros e dez centésimos por cento), em que o beneficiário será o município de Porto Alegre/RS, com fulcro no estabelecido na Lei Complementar nº. 116/2003 e Lei Complementar nº. 128/2008 . Declara, ainda, que o serviço será prestado no Município de Passo Fundo/RS, de acordo com a Declaração do Prestador, acostada às folhas nº. 252.*

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

7.1 Os valores do presente Contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro-rata-die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

**CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DO PREÇO**

8.1 O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta.

8.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2. O valor do contrato será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = P_0 \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

P<sub>0</sub> = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA<sub>n</sub> = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;

IPCA<sub>0</sub> = número do índice IPCA referente ao mês da data da proposta, último reajuste.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES**

9.1 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no **ANEXO II - Termo de Referência** e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários previstos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

10.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando o contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

10.7. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

10.8. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela administração, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

10.9. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

10.10. Orientar seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato.

10.11. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato, quando couber;

10.12. Responder nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

10.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, a fim de verificar as condições de execução.

10.14. Comunicar ao contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

10.15. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato.

10.16. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados.

10.17. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do órgão.

10.18. Coordenar e supervisionar a execução dos serviços contratados.

10.19. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

10.20. Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.

10.21. Instruir seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

10.22. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante.

10.23. Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

10.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei federal nº 8.666/93.

10.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.3. Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.4. Pagar o contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do contratado, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

12.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, a CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

12.2 Com fundamento no artigo 7º da Lei federal nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa, a CONTRATADA que:

12.2.1 apresentar documentação falsa;

12.2.2 ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

12.2.3 falhar na execução do contrato;

12.2.4 fraudar a execução do contrato;

12.2.5 comportar-se de modo inidôneo;

12.2.6 cometer fraude fiscal.

12.3 Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:

12.3.1 deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço;

12.3.2 deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

12.4 A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o item 12.10.

12.5 Para os fins do item 12.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, e 97, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/1993.

12.6 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 12.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.6.1 multa:

12.6.1.1 compensatória de até 10% sobre o valor total atualizado do contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

12.6.1.2 moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 dias.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

12.6.2. impedimento de licitar e de contratar com o Estado e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos.

12.7 As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação da sanção de impedimento de licitar e de contratar.

12.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993.

12.9. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas ao contratado.

12.9.1. Se o valor a ser pago ao contratado não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver .

12.9.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica o contratado obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.9.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.9.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do contratante.

12.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.11. A aplicação de sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

12.12. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei federal nº 8.666/1993.

12.13. As sanções previstas nesta Cláusula não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

13.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

13.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 8.666/1993.

13.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1 levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES**

14.1 É vedado à CONTRATADA:

14.1.1 caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2 interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 8.6606/1993, na Lei federal nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

17.1 Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

17.2 No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados da CONTRATADA ou de seus subcontratados, cabe a ele resolver imediatamente a pendência.

17.3. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.

17.4. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

17.5. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

18.2 E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2019.

**ARLITA BERGMANN**  
Secretária da Saúde

**AGLAÉ REGINA DA SILVA**  
Secretária da Saúde Adjunta

**MARCELO BITELLO**

Sócio-Administrador da Marcelo Bitello ME – Tec Climatização

17.895.041/0001-96

**MARCELO BITELLO - ME**

*Marcelo Bitello*  
Rua Santa Fé, 280 - apto 01  
Agronomia - CEP 91540-100  
Porto Alegre - RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

**ANEXO II DO EDITAL**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – RESPONSÁVEL PELO PROJETO:**

Nome: Claudete Mistura Doro e Alexandra Mazzoca

Lotação Hemopasso 54 3311 1427

E-mail: [claudete-doro@saude.rs.gov.br](mailto:claudete-doro@saude.rs.gov.br) e [alexandra-mazzoca@saude.rs.gov.br](mailto:alexandra-mazzoca@saude.rs.gov.br)

**2 – OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Contratação de empresa especializada para realização de procedimento de manutenção preventiva e corretiva em todos os equipamentos condicionadores de ar do HEMOCENTRO REGIONAL DE PASSO FUNDO – HEMOPASSO, conforme lista Anexo A.

**3 – JUSTIFICATIVA:**

A contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar é fundamental para evitar a ocorrência de falhas e quedas nos equipamentos, garantindo assim a sua vida útil. Tem o objetivo de manter todos os equipamentos funcionando regularmente, eliminar odores indesejáveis, evitar a propagação de fungos, bactérias, e outros microrganismos nocivos à saúde dos doadores de sangue e dos servidores, ou seja, garantir a qualidade do ar e prevenir riscos à saúde. As áreas de coleta e laboratórios tem a temperatura monitorada com valores mínimos e máximos estabelecidos em legislação, equipamentos e reativos mantidos sob refrigeração constante. É imprescindível a contratação deste serviço para que as atividades do ciclo do sangue continuem sendo executadas em condições adequadas e em conformidade com a Portaria 158 de 04 de fevereiro de 2016 do Ministério da Saúde, que define o regulamento do sangue, com a RDC nº 34 da ANVISA de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre as boas práticas do sangue e com a Portaria 3.523 de 28 de agosto de 1998 do Ministério da Saúde que aprova o regulamento técnico onde define medidas básicas para a qualidade do ar em ambientes climatizados.

**4 – LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

Hemocentro Regional de Passo Fundo

Avenida Sete de Setembro, 1055 – Centro – Passo Fundo/RS – CEP 99010-120

**5 – HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

De segunda-feira a sexta-feira das 08 às 18 horas.

**6 – DESCRIÇÃO ou FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- Prestação de serviço (mão de obra) corretiva e preventiva de condicionadores de ar, com ressarcimento de peças, conforme lista do Anexo A.

Contratada deverá disponibilizar arquivo contendo ficha individual para cada equipamento atendido contendo no mínimo as seguintes informações:

- modelo, capacidade de refrigeração e fabricante (marca);
- número de patrimônio e número de série;
- setor onde está localizado;
- data das manutenções preventivas e corretivas, listando peças substituídas, regulagens e ajustes efetuados;
- identificação do profissional responsável pelas manutenções realizadas;
- informações sobre a garantia dos serviços realizados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

**Para a manutenção preventiva:**

Mínimo de uma manutenção preventiva mensal onde devem ser realizados obrigatoriamente os procedimentos a seguir e outros se necessário para o perfeito funcionamento:

- Limpeza interna e externa do aparelho, tampa frontal, gabinete, como das bandejas, filtros e serpentinas, condensadora, evaporadora, painel, tubulação de drenagem e outros;
- Substituição dos filtros que não estiverem em condições de operação;
- Medição dos sistemas de ventilação, exaustão e renovação do ar, medindo a temperatura de vazão;
- Lubrificação e ajustes para prevenir problemas posteriores por falta de conservação;
- Inspeção do funcionamento do termostato e, se necessário, sua substituição;
- Verificação do nível de ruído e vibrações anormais;
- Medição e registro de tensão e amperagem do equipamento em operação com compressor armado;
- Revisão geral;
- Orientação para utilização adequada dos equipamentos;
- Completar ou substituir a carga de gás, se necessário;

**Para a manutenção corretiva:**

Consiste no atendimento às solicitações do Contratante, quantas vezes forem necessárias, sempre que houver paralisação do equipamento ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou correção de defeitos e falhas que venham prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos.

- Os chamados de manutenção corretiva serão por telefone ou via email e deverão ser atendidos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- Todo equipamento submetido à manutenção corretiva, dentro das instalações da CONTRATANTE ou na oficina da CONTRATADA somente terá seu chamado considerado atendido com a apresentação de relatório dos serviços executados e de peças substituídas quando necessário.
- Caso o equipamento, comprovadamente, necessite ser deslocado fim de receber manutenção corretiva deverá retornar ao local de origem em perfeitas condições de uso no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do atendimento do chamado e só poderá ser retirado após justificativa apresentada e liberação do contratante por escrito.
- A garantia dos serviços manutenção corretiva será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data do conserto.
- A substituição de peças, componentes e acessórios, com ressarcimento de valor, serão substituídas por outras peças, componentes e acessórios novos e originais, quando os equipamentos não estiverem na garantia do fabricante, desde que, o defeito e a necessidade de troca seja detectada por profissional habilitado da contratada que deverá relatar por escrito o motivo da troca/substituição e apresentar cotação dos valores das peças, componentes e/ou acessórios por 03 (três) fornecedores distintos. O serviço será realizado após a aprovação e autorização do gestor da contratante.
- Após a aquisição das peças para substituição, a CONTRATADA apresentará nota fiscal original, bem como a entrega da peça substituída.
- Caso algum equipamento não tenha mais conserto, a CONTRATADA deverá emitir laudo técnico informando que o equipamento está obsoleto.
- No caso de necessidade de instalação de novos equipamentos o serviço será executado pela Contratada, mediante autorização expressa do Contratante, precedida de aprovação do orçamento. Quando se tratar de reinstalação de equipamento já existente em local diferente do que hoje se encontram instalados, o serviço deverá ser realizado sem ônus para o HEMOCENTRO.

**7 – FORNECIMENTO DE UNIFORMES, MATERIAS E EQUIPAMENTO:**

O fornecimento de uniformes e EPIS será de responsabilidade da contratada, bem como crachá de identificação dos profissionais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

## ANEXO A

Recepção e Administração	casa de maquinas	direção/hall de entrada(recepção)	Carrier	multsplit paradutos	24.3 Trs
Recepção e cadastramento e coleta	casa de maquinas	consultórios/lancheria/sala coleta	Carrier	multsplit paradutos	19,1 Trs
Recepção dos doadores	mesmo ambiente	No mesmo ambiente	Elgin	Cond Hi Wall	24.000 btus
início do corredor dos laboratórios	casa de maquinas	Controle de qualidade/almox	Carrier	multsplit paradutos	15. Trs
Área externa (em baixo da caixa de água)	casa de maquinas	sorologia/Imuno/Compatibilidade	Carrier	multsplit paradutos	19.1 Trs
Almoxarifado BOLSAS	mesmo ambiente	No mesmo ambiente	Comeko	split hi-wall	18.000 btus
Fracionamento	mesmo ambiente	No mesmo ambiente	Carrier	split hi-wall	22.000btus
Pré-Estoque	mesmo ambiente	No mesmo ambiente	Carrier	split teto aparente	30.000btus
Pré-Estoque	mesmo ambiente	No mesmo ambiente	Carrier	split teto aparente	30.000btus
Estoque	mesmo ambiente	No mesmo ambiente	Carrier	condicionador de ar	30.000btus
Distribuição	mesmo ambiente	No mesmo ambiente	Carrier	split hi-wall	22.000btus
Sorologia	mesmo ambiente	No mesmo ambiente	Comeko	split hi-wall	18.000btus
Sorologia	mesmo ambiente	No mesmo ambiente	Elgin	Cond Hi Wall	24.000 btus
Coleta	mesmo ambiente	No mesmo ambiente	Elgin	Cond Hi Wall	24.000 btus



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

**AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 004/2019 - DC**

Sr. Representante da **MARCELO BITELLO ME – TEC CLIMATIZAÇÃO**

**Processo nº. 18/2000-0095642-3**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para realização de manutenção preventiva e corretiva em todos os equipamentos condicionadores de ar.

**Beneficiário:** HEMOCENTRO REGIONAL DE PASSO FUNDO - HEMOPASSO

**Endereço:** Avenida Sete de Setembro, 1055 – Centro – Passo Fundo/RS – CEP. 99010-120

**Início:** 06 de fevereiro de 2019.

Autorizamos Vossa Senhoria a dirigir-se ao responsável pelos locais acima descritos, para o recebimento de instruções para o cumprimento do **Contrato nº. 007/2019.**

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2019.

**ARITA BERGMANN**  
Secretária da Saúde

**AGLAE REGINA DA SILVA**  
Secretária da Saúde Adjunta

Recebido em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Representante da Contratada

**17.895.041/0001-96**

**MARCELO BITELLO - ME**

*Marcelo Bitello*  
Rua Santa Fé, 280 - apto. 01  
Agronomia - CEP 91540-100  
Porto Alegre - RS

---

*Protocolo: 2019000235914*

CONT. nº 007/2019, PROCESSO: nº 18/2000-0095642-3, celebrado em 05/02/2019, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado e a MARCELO BITELLO ME – TEC CLIMATIZAÇÃO.

OBJETO: Realização de manutenção preventiva e corretiva em todos os equipamentos condicionadores de ar do HEMOCENTRO REGIONAL DE PASSO FUNDO – HEMOPASSO, conforme lista Anexo A, que serão prestados nas condições estabelecidas no Anexo II do Edital - Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento.

PREÇO: R\$ 2.996,00 (dois mil e novecentos e noventa e seis reais) mensais.

PRAZO: O prazo de duração do Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data definida na ordem de início dos serviços.

RECURSO: 0182/0006 / U.O: 20.95 / Atividade: 3275.0008 / Elemento: 3.3.90.39.3931 / Empenho: 19000374728 / Data do Empenho: 31/01/2019.

Pela Portaria/SES nº 014/2019, ficam nomeadas como Fiscal Administrativo e Fiscal Administrativo Substituto do Contrato, acima mencionado, respectivamente, as servidoras: Jaqueline Patricia Reis da Silva ID nº 4420 e Bárbara Simone da Silva Coutinho, ID nº 43664.

---

*Protocolo: 2019000235915*

T.A. Nº 056/2019, Processo: nº 18/2000-0012222-0, celebrado em 04/02/2019, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado e ITASSUSA RODRIGUES DA ROSA - ME - LABORATÓRIO SANTA LUZIA .

OBJETO: PRORROGAR, de 02 de março de 2019 até 02 de março de 2020, o prazo previsto na Cláusula Décima Quarta - Da Vigência e da Prorrogação, do Contrato nº. 108/2018. RECURSO: 2756 e/ou 0006 / U.O: 20.95 / Atividade/Projeto: 8065 / Elemento: 3.3.90.39.3988 / Empenho: 19000307716 / Data do Empenho: 29/01/2019.

---

*Protocolo: 2019000235916*

T.A. Nº 057/2019, Processo: nº 18/2000-0021261-0, celebrado em 04/02/2019, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado e LABORATÓRIO FONTANAPALMARES DO SUL S/S LTDA. - ME - LABORATÓRIO FONTANA. OBJETO: PRORROGAR, de 10 de abril de 2019 até 10 de abril de 2020, o prazo previsto na Cláusula Décima Quarta

- Da Vigência e da Prorrogação, do Contrato nº. 180/2018. RECURSO: 2756 e/ou 0006 / U.O: 20.95 / Atividade/Projeto: 8065 / Elemento: 3.3.90.39.3988 / Empenho: 19000323874 / Data do Empenho: 29/01/2019.

---

*Protocolo: 2019000235917*

T.A. Nº 069/2019, Processo: nº 18/2000-0011802-9, celebrado em 04/02/2019, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado e GAZOLA & DOTTO LTDA. - ME - LABVIDA. OBJETO: PRORROGAR, de 05 de março de 2019 até 05 de março de 2020, o prazo previsto na Cláusula Décima Quarta - Da Vigência e da Prorrogação, do Contrato nº. 106/2018. RECURSO: 2756 e/ou 0006 / U.O: 20.95 / Atividade/Projeto: 8065 / Elemento: 3.3.90.39.3988 / Empenho: 19000327423 / Data do Empenho: 29/01/2019.

---

*Protocolo: 2019000235918*

T.A. Nº 072/2019, Processo: nº 18/2000-0014054-7, celebrado em 04/02/2019, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado e BIOLABOR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. - ME . OBJETO: PRORROGAR, de 06 de março de 2019 até 06 de março de 2020, o prazo previsto na Cláusula Décima Quarta - Da Vigência e da Prorrogação, do Contrato nº. 127/2018. RECURSO: 2756 e/ou 0006 / U.O: 20.95 / Atividade/Projeto: 8065 / Elemento: 3.3.90.39.3988 / Empenho: 19000346034 / Data do Empenho: 29/01/2019.

---

*Protocolo: 2019000235919*

T.A. Nº 074/2019, Processo: nº 18/2000-0006565-0, celebrado em 04/02/2019, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado e ELONI FUHR - ME. OBJETO: PRORROGAR, de 08 de março de 2019 até 08 de março de 2020, o prazo previsto na Cláusula Décima Quarta - Da Vigência e da Prorrogação, do Contrato nº. 116/2018. RECURSO: 2756 e/ou 0006 / U.O: 20.95 / Atividade/Projeto: 8065 / Elemento: 3.3.90.39.3988 / Empenho: 19000344235 / Data do Empenho: 29/01/2019.

---

*Protocolo: 2019000235920*

T.A. Nº 080/2019, Processo: nº 18/2000-0021236-0, celebrado em 04/02/2019, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado e LABORATÓRIO FONTANA IMBÉ S/S LTDA. - ME - LABORATÓRIO FONTANA. OBJETO: PRORROGAR, de 03 de abril de 2019 até 03 de abril de 2020, o prazo previsto na Cláusula Décima Quarta - Da Vigência e da Prorrogação, do Contrato nº. 186/2018. RECURSO: 2756 e/ou 0006 / U.O: 20.95 / Atividade/Projeto: 8065 / Elemento: 3.3.90.39.3988 / Empenho: 19000355094 / Data do Empenho: 30/01/2019.

---

*Protocolo: 2019000235921*

T.A. Nº 079/2019, Processo: nº 18/2000-0020400-6, celebrado em 04/02/2019, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado e LABORATÓRIO FONTANA TERRA DE AREIA S/S LTDA. - ME . OBJETO: PRORROGAR, de 03 de abril de 2019 até 03 de abril de 2020, o prazo previsto na Cláusula Décima Quarta - Da Vigência e da Prorrogação, do Contrato nº. 152/2018 RECURSO: 2756 e/ou 0006 / U.O: 20.95 / Atividade/Projeto: 8065 / Elemento: 3.3.90.39.3988 / Empenho: 19000357072 / Data do Empenho: 30/01/2019.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE

**PORTARIA Nº 014/2019**

A SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos Incisos I e III do Artigo 90 da Constituição Estadual, o disposto no Artigo 6º da Portaria SES/RS nº 401/2016, publicada no Diário Oficial do Estado de 25 de novembro de 2016 e o Artigo 4º da Portaria SES/RS nº 769/2018 publicada no Diário Oficial do Estado de 13 de Agosto de 2018, em atendimento aos preceitos que regem a Administração Pública, em especial o da Legalidade e Eficiência.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar, as servidoras abaixo relacionadas para atuarem na fiscalização do **Contrato 007/2019**, celebrado entre o Estado do Rio Grande Do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde, e a Marcelo Bitello ME – Tec Climatização, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de condicionadores de ar, em que é beneficiário o Hemocentro Regional De Passo Fundo - Hemopasso, conforme processo nº. 18/2000-0095642-3.

Jaqueline Patricia Reis da Silva ID nº 4420  
**Fiscal Administrativo do Contrato.**

Bárbara Simone da Silva Coutinho, ID nº 43664  
**Fiscal Administrativo Substituto do Contrato.**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação na Imprensa Oficial do Estado.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2019.



Arta Bergmann  
Secretária da Saúde

AGLAE REGINA DA SILVA  
Secretária da Saúde Adjunta